

HABEAS CORPUS Nº 561.904 - SP (2020/0036965-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO
ADVOGADO : GUILHERME JOSE VIEIRA CHIAVEGATO - SP366341
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NATAN HENRIQUE PERES FROES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 34):

HABEAS CORPUS - Tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico (artigos 33, caput, e 35, caput, c.c. 40, VI, da Lei nº 11.343/06). Apreensão de expressiva quantidade e variedade de drogas (255 eppendorf's de cocaína (em pó), com peso líquido de 41,50 gramas; e 272 porções de cocaína (sob a forma de crack), com massa de 55,34 gramas), além de celulares e veículo - Pressupostos da segregação cautelar presentes - Inócuas outras medidas do artigo 319 do CPP - Constrangimento ilegal não caracterizado - Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado, juntamente com outros 2 corréus, pela prática dos delitos dos arts. 33 e 35, ambos da Lei de Tóxicos, razão pela qual se encontra preso preventivamente.

Impetrado *mandamus*, o Tribunal local denegou a ordem.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação para dar suporte ao decreto prisional do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar-se a custódia preventiva do paciente, substituindo-a por outras medidas cautelares.

A liminar foi indeferida (fls. 63-65).

As informações foram prestadas (fls. 71-88).

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela denegação da ordem (fls. 90-93).

Na origem, a ação penal n. 1501502-69.2019.8.26.0571, oriunda da 2ª Vara Criminal de Itapetininga/SP, encontra-se em fase de instrução, com audiência designada para o dia 5/5/2020, conforme informações eletrônicas disponíveis em 20/3/2020.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade

antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional restou assim fundamentado (fls. 58-59):

Os crimes imputados aos acusados são graves e causam grande intranquilidade social, colocando a saúde pública em elevado perigo. Além disso, seus efeitos secundários causam aumento da criminalidade em geral, tudo indicando séria perturbação da ordem pública.

Há indícios de materialidade e de autoria na medida em que os acusados, juntamente com o adolescente, transportavam, traziam consigo e guardavam, para pronta alienação a terceiros, a quantia de 255 porções de cocaína (41,5g) e 272 porções de crack (55,34g). Acresça-se, ainda, que o acusado Fabiano e Natan (fls. 68/69 e 80/81), já foram condenados por crimes dolosos, enquanto que o acusado Fernando está sendo processo por delito idêntico ao que ora se apura (fls. 74/75).

A gravidade concreta da conduta impõe a custódia cautelar.

Com efeito, no caso sob análise, as circunstâncias da prisão, quais sejam a natureza, a quantidade e a diversidade de entorpecentes apreendidos, além dos celulares e apetrechos usados para prática delitiva, demonstram, em análise preliminar, a ligação dos acusados com as atividades criminosas.

A prisão cautelar não viola o princípio constitucional da presunção de inocência. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal: “Já se firmou a jurisprudência desta Corte no sentido de que a prisão cautelar não viola o princípio constitucional da presunção de inocência, conclusão essa que decorre da conjugação dos incisos LVII, LXI e LXVI, do art. 5º da CF. Habeas corpus indeferido” (1ª Turma - j. 26.04.94 Rel. Moreira Alves RT 159/213).

Destarte, as medidas diversas da prisão não se apresentam suficientes na hipótese, ante a gravidade da conduta, o que torna a medida excepcional necessária para a garantia da ordem pública.

Diante deste quadro, acolho o requerimento da autoridade policial, ratificado e complementado pelo Dr. Promotor de Justiça e DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos acusados Fernando Alves Machado e Natan Henrique Peres Froes expedindo-se mandados de prisão, com urgência.

Conforme disposto na decisão liminar, a decisão apresenta fundamentação que deve ser entendida como válida para a prisão preventiva, evidenciada nas circunstâncias do delito, tendo em vista a quantidade *de* entorpecentes apreendidos – 41,5g cocaína e 55,3g de crack, além do fato de que *o acusado Fabiano e Natan (fls. 68/69 e 80/81), já foram condenados por crimes dolosos.*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a

periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Ademais, esta Corte tem compreendido, também, que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública, principalmente, quando em gozo de liberdade provisória anteriormente deferida, volta o agente à prática criminosa. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Por fim, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator